

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2016)

2º Trimestre de 2019

Destaque retificado em 24-09-2019 às 16:45.

O INE corrigiu um erro detetado na classificação de receitas da Caixa Geral de Aposentações respeitantes ao 2º trimestre de 2019. Em lugar de terem sido registadas como transferências deveriam ter sido contabilizadas como contribuições sociais imputadas das Administrações Públicas para este subsistema. Esta correção não tem impacto no saldo consolidado das AP. Contudo, como estas contribuições são parte integrante das remunerações em contas nacionais, foram em consequência retificadas algumas variáveis que têm as remunerações como componente, nomeadamente o Consumo público e o PIB nominal (no final do destaque inclui-se uma errata com as retificações efetuadas).

Capacidade de financiamento da economia atingiu 0,4% do PIB

A economia portuguesa apresentou uma capacidade de financiamento de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano acabado no 2º trimestre de 2019 (0,5% no 1º trimestre de 2019). Na origem da ligeira redução esteve o agravamento do saldo negativo nas transações de bens e serviços com o exterior.

A Poupança da economia e a Formação Bruta de Capital (FBC) registaram uma taxa de variação idêntica de 2,1% no ano terminado no 2º trimestre de 2019. O aumento da FBC foi particularmente expressivo no setor das Sociedades Não Financeiras em que a respetiva taxa de investimento atingiu 25,9%.

A capacidade de financiamento das Famílias recuou para 1,0% do PIB no 2º trimestre de 2019, menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior. A taxa de poupança reduziu-se para 5,9% do Rendimento disponível, refletindo sobretudo o crescimento de 0,8% da Despesa de Consumo Final.

As Administrações Públicas (AP) registaram um excedente de 0,2% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2019. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi negativo no 2º trimestre de 2019, situando-se em -1,6% do PIB, o que compara com -3,2% em igual período do ano anterior. No conjunto do 1º semestre de 2019, o saldo das AP foi -0,8% (-2,2% em igual período do ano anterior).

Introdução

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 2º trimestre de 2019, consistentes com a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas, hoje apresentada. Por esse motivo e devido à apropriação de informação adicional para compilação da conta anual final de 2017 e provisória de 2018, as revisões nos resultados face à divulgação anterior são maiores que o habitual. Para mais informação sobre a mudança de base e as revisões subjacentes, ver o destaque relativo aos resultados anuais também hoje apresentado.

Na sequência da adoção da base 2016 das Contas Nacionais, as séries das Contas Nacionais Trimestrais foram atualizadas, determinando revisões no PIB

trimestral em termos nominais e em volume, nas três óticas de apuramento (despesa, produção e rendimento). Na parte final deste destaque, inclui-se uma caixa sobre as alterações na avaliação do crescimento trimestral do PIB relativamente aos valores publicados em agosto, expressos ainda na base 2011. Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário.

Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;

- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF);
- Resto do Mundo.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia atingiu 0,4% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 0,4% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2019, inferior em 0,1 p.p. à registada no trimestre anterior. Este comportamento resultou do agravamento do saldo das transações de bens e serviços com o exterior, com as importações a crescerem mais que as exportações (1,0% e 0,3%, respetivamente).

O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram variações de 0,8% e 1,0%, respetivamente. O maior crescimento do RNB refletiu a melhoria do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) registou um crescimento de 1,0%, superior em 0,3 pontos percentuais (p.p.) ao aumento da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinando um aumento de 2,1% da poupança bruta (0,4% no trimestre anterior). A poupança da economia representou 18,4% do PIB no 2º trimestre de 2019 (18,2% no trimestre anterior).

Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2016T1	181 554	1,0	177 287	1,4	180 632	1,3
2016T2	183 123	0,9	178 445	0,7	182 196	0,9
2016T3	184 778	0,9	179 803	0,8	183 535	0,7
2016T4	186 490	0,9	181 960	1,2	185 549	1,1
2017T1	188 425	1,0	183 867	1,0	188 012	1,3
2017T2	190 776	1,2	186 006	1,2	190 065	1,1
2017T3	193 088	1,2	188 349	1,3	192 707	1,4
2017T4	195 947	1,5	191 348	1,6	195 931	1,7
2018T1	197 864	1,0	193 706	1,2	198 147	1,1
2018T2	199 619	0,9	195 565	1,0	200 123	1,0
2018T3	201 643	1,0	197 408	0,9	202 035	1,0
2018T4	203 896	1,1	199 411	1,0	204 006	1,0
2019T1	205 766	0,9	200 971	0,8	205 469	0,7
2019T2	207 318	0,8	203 028	1,0	207 594	1,0

Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2016T1	16,2	1,1	16,2	1,2
2016T2	16,4	1,0	16,0	1,4
2016T3	16,5	1,0	16,0	1,6
2016T4	16,5	0,9	15,8	1,5
2017T1	16,8	0,9	15,9	1,9
2017T2	17,0	0,9	16,4	1,6
2017T3	17,7	0,8	16,8	1,8
2017T4	18,2	0,8	17,2	1,8
2018T1	18,6	0,8	17,6	1,8
2018T2	18,7	0,8	17,6	1,9
2018T3	18,7	0,8	17,9	1,8
2018T4	18,3	0,9	18,1	1,2
2019T1	18,2	0,9	18,7	0,5
2019T2	18,4	0,8	18,9	0,4

O aumento de 2,1% da Formação Bruta de Capital (FBC) superou ligeiramente o aumento da poupança bruta, originando uma capacidade de financiamento de 0,4% do PIB (0,5% no trimestre anterior).

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

As AP apresentam uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2019, que compara com uma necessidade de financiamento de 0,2% do PIB no trimestre anterior. O resultado no 2º trimestre representou o primeiro saldo positivo acumulado da série trimestral das Contas Nacionais. Esta melhoria refletiu o aumento da receita, sobretudo de impostos sobre a produção e rendimentos de propriedade, acima do aumento da despesa.

O saldo negativo das Sociedades Não Financeiras (SNF) agravou-se 0,4 p.p. no 2º trimestre de 2019, para

-4,0% do PIB, em consequência sobretudo da aceleração do investimento. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras aumentou de 2,9% para 3,2% do PIB, enquanto a capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 1,0% do PIB (1,4% no trimestre anterior).

O saldo externo de bens e serviços foi negativo pelo segundo trimestre consecutivo, fixando-se em -0,6% do PIB no 2º trimestre de 2019 (ver gráfico 2).

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

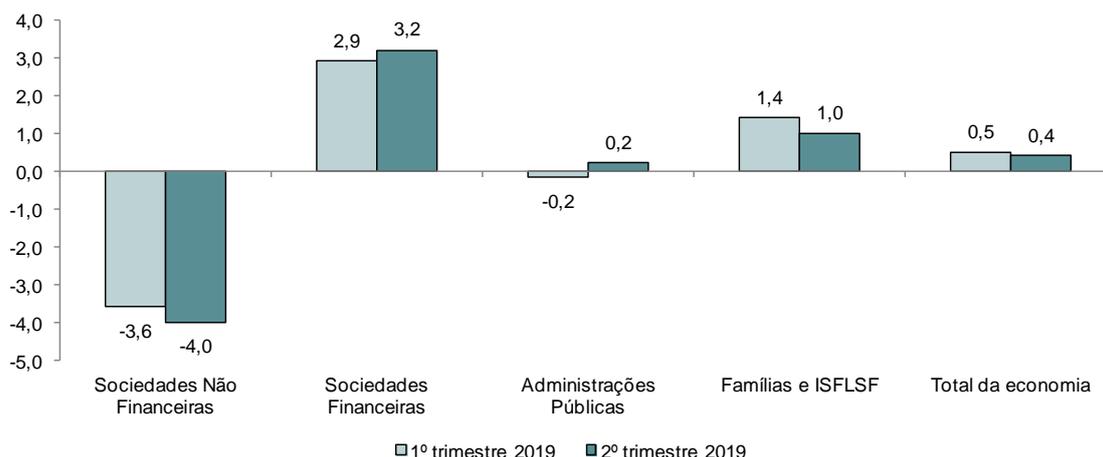
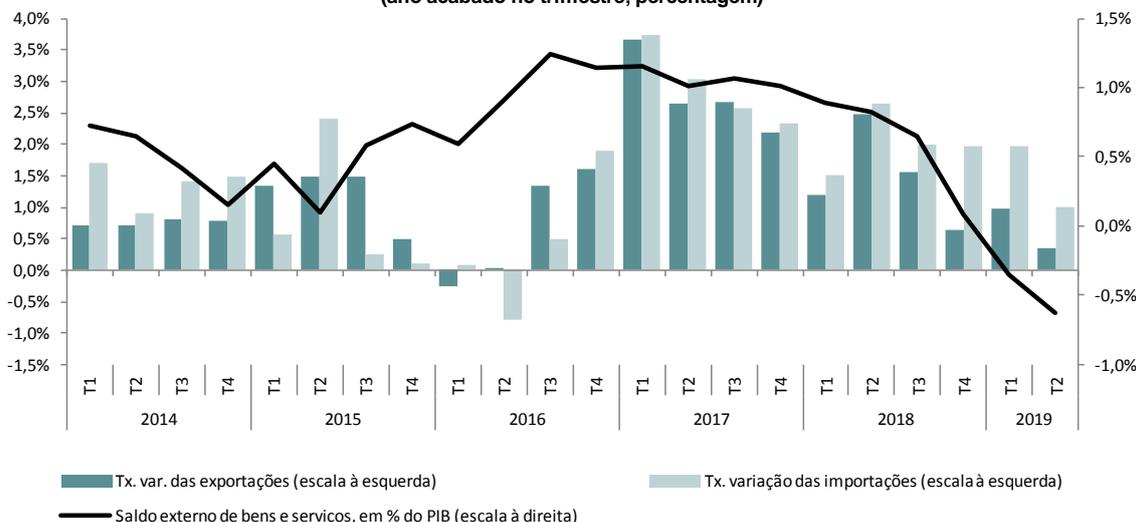


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (ano acabado no trimestre; percentagem)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 1,0% do PIB

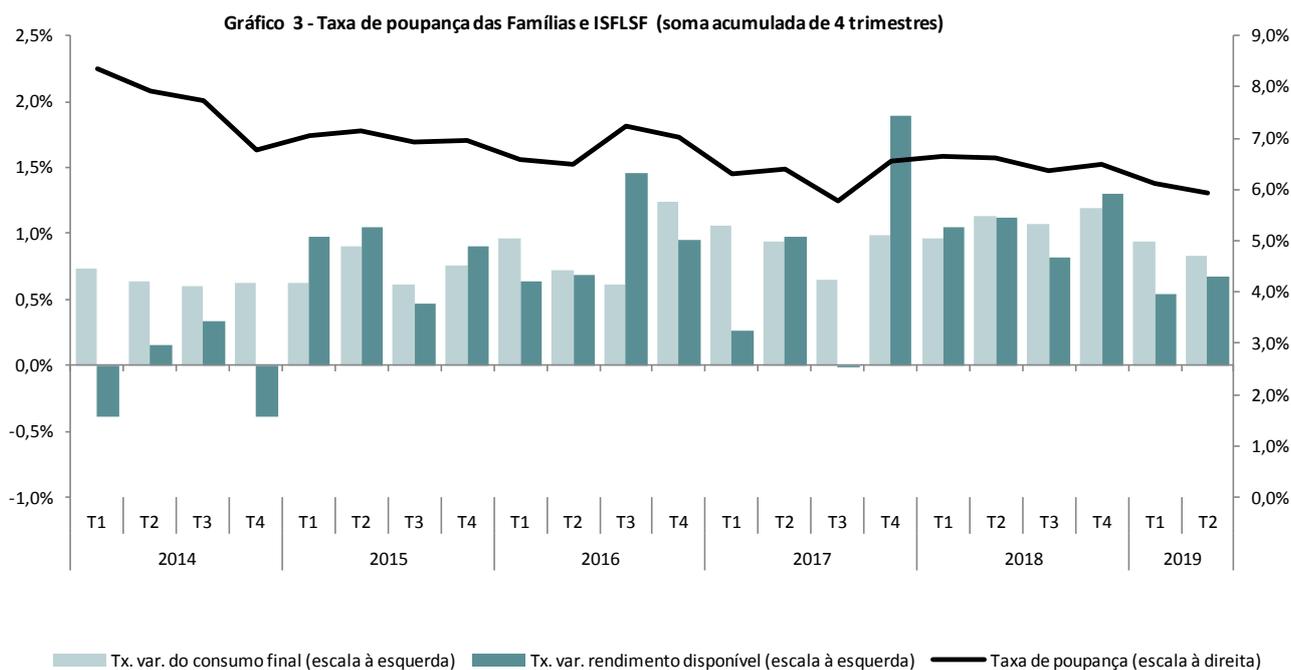
A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 1,0% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2019, menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior, refletindo uma redução da poupança corrente e o aumento da formação bruta de capital em 1,7% (3,5% no trimestre anterior).

No gráfico 3 apresentam-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se observa, a taxa de poupança das Famílias diminuiu para 5,9% do rendimento disponível (6,1% no trimestre anterior), em

resultado do aumento de 0,8% da despesa de consumo final superior em 0,1 p.p. ao crescimento do rendimento disponível.

A evolução do rendimento disponível das Famílias foi determinada pelo crescimento de 1,1% das remunerações recebidas, que explicam 0,5 p.p. do aumento do rendimento (ver quadro 3).

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) das Famílias registou uma taxa de variação de 1,6% no 2º trimestre de 2019 (3,1% no trimestre anterior).



O RDB das famílias ajustado *per capita* fixou-se em 15,8 mil euros no 2º trimestre de 2019, o que correspondeu a um crescimento de 0,8% face ao trimestre anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são

adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias¹.

¹ Como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)

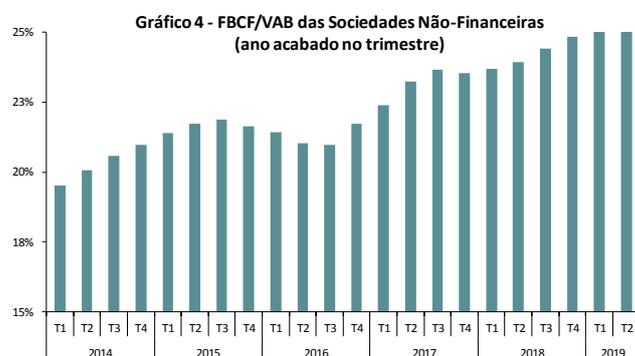
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2018T1	0,6	0,3	0,0	0,0	0,2	0,1	1,0
2018T2	0,8	0,3	0,2	-0,1	-0,1	-0,1	1,1
2018T3	0,7	0,3	0,2	-0,1	0,0	0,3	0,8
2018T4	1,3	0,2	-0,3	0,3	0,0	0,2	1,3
2019T1	0,7	0,2	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,5
2019T2	0,7	0,2	-0,3	0,0	0,1	0,0	0,7

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 4,0% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se em 0,4 p.p., fixando-se em 4,0% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2019. Este resultado refletiu sobretudo o aumento de 2,1% do investimento (3,5% no trimestre anterior). A taxa de investimento (medida através do rácio entre o investimento e o VAB) atingiu 25,9%.

As remunerações pagas pelo setor registaram uma taxa de variação de 1,3%, superior ao aumento de 0,5% do VAB, determinando uma diminuição de 0,6% do Excedente Bruto de Exploração.

A taxa de margem operacional do setor atingiu 26,5% (menos 0,7 p.p. que no trimestre anterior)².



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 3,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras aumentou para 3,2% do PIB (2,9% no trimestre anterior). A poupança bruta do setor registou um aumento de 8,2% no 2º trimestre de 2019 (-1,3% no trimestre anterior), determinado pela redução da despesa em rendimentos de propriedade.

Setor das Administrações Públicas: saldo positivo de 0,2% do PIB

O saldo do setor das AP registou um aumento de 0,4 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2019, relativamente ao ano acabado no trimestre anterior, representando uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB. Esta melhoria foi determinada por um aumento da receita superior ao da despesa, com

² Esta taxa é obtida pelo rácio entre o EBE e o VAB e corresponde à percentagem de valor criado que se destina à remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

variações de 1,3% e 0,4%, respetivamente (ver quadros 4 e 5).

O comportamento da despesa refletiu a diminuição de 1,5% na despesa de capital e o aumento de 0,5% na despesa corrente. O aumento da despesa corrente resultou do efeito combinado da diminuição de 0,8% e 0,1% nos encargos com juros e no consumo intermédio, respetivamente, e do aumento dos subsídios em 1,9% e das prestações sociais, das despesas com pessoal e da outra despesa corrente em 0,8%.

A receita total aumentou 1,3% no ano terminado no 2º trimestre de 2019 devido aos acréscimos de 1,3% e de 3,1% da receita corrente e da receita de capital, respetivamente. O comportamento da receita corrente foi resultado dos aumentos em todas as suas componentes, nomeadamente dos impostos sobre o rendimento e património (0,1%), dos impostos sobre a produção e importação (1,2%), das contribuições sociais (1,4%), das vendas (1,7%) e da outra receita corrente (6,5%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi negativo no 2º trimestre de 2019, situando-se em cerca de -832,6 milhões de euros, valor equivalente a -1,6% do PIB, o que compara com -3,2% em igual período do ano anterior (ver quadro 6).

Face ao trimestre homólogo, no 2º trimestre de 2019 verificaram-se um aumentos da despesa total e da receita total, de 1,6% e 5,8%, respetivamente.

No lado da despesa, a despesa corrente aumentou 2,3% devido aos acréscimos das prestações sociais, subsídios, da outra despesa corrente e das despesas com pessoal de 3,4%, 8,5%, 3,6% e 2,9%, respetivamente que mais que compensaram as diminuições de 3,2% e 0,4%, nos encargos com juros e no consumo intermédio, respetivamente. A despesa de capital reduziu-se 4,6%, determinada pela diminuição de 23,0% no investimento devido à venda de terrenos da Administração Local, dado que a FBCF aumentou 6,5%. A outra despesa de capital aumentou 9,5%, refletindo a transferência de capital efetuada pelo Fundo de Resolução para Novo Banco, mais elevada em 2019 que em 2018.

No que diz respeito à receita, tanto a receita corrente como a receita de capital verificaram aumentos (de 5,7% e 23,4%, respetivamente). A variação positiva da receita corrente expressou os aumentos dos impostos sobre o rendimento e património (0,5%), dos impostos sobre a produção e a importação (5,2%), das contribuições sociais (5,6%), das vendas (6,8%) e da outra receita corrente (18,0%).

No conjunto do primeiro semestre de 2019, o saldo das AP totalizou -789,3 milhões de euros, correspondente a -0,8% do PIB (-2,2% em igual período de 2018).

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4	2019T1	2019T2
Receita total	83 497,7	84 073,2	86 087,5	87 695,1	88 688,7	89 853,8
Receita corrente	82 775,8	83 427,9	85 278,7	86 866,5	87 839,9	88 978,4
Impostos sobre o rendimento e património	19 507,7	19 293,8	20 314,3	20 680,7	20 908,6	20 923,7
Impostos sobre a produção e importação	29 629,7	29 848,1	30 406,3	30 955,8	31 251,2	31 637,1
Contribuições sociais	22 864,6	23 125,1	23 311,5	23 835,4	24 113,6	24 452,7
Vendas	6 855,0	6 930,8	7 058,3	7 129,4	7 305,9	7 426,8
Outra receita corrente	3 918,7	4 230,1	4 188,3	4 265,2	4 260,6	4 538,2
Receita de capital	721,9	645,3	808,8	828,6	848,8	875,3
Despesa total	84 998,5	86 133,7	86 380,7	88 606,0	89 050,8	89 398,9
Despesa corrente	80 399,6	80 296,9	80 390,5	82 297,3	82 722,5	83 167,3
Prestações sociais	36 028,1	36 035,1	36 081,6	37 098,7	37 346,2	37 633,1
Despesas com pessoal	21 303,7	21 198,9	21 201,0	21 835,2	22 051,5	22 218,4
Juros	7 270,1	7 144,1	6 987,6	6 897,8	6 810,6	6 758,5
Consumo intermédio	10 570,5	10 735,8	10 907,5	11 067,4	10 964,7	10 954,3
Subsídios	836,8	823,3	793,0	750,5	762,5	777,3
Outra despesa corrente	4 390,3	4 359,6	4 419,7	4 647,7	4 787,0	4 825,9
Despesa de capital	4 598,8	5 836,8	5 990,2	6 308,8	6 328,3	6 231,6
Investimento ⁽¹⁾	3 520,1	3 725,3	3 893,9	3 957,9	3 943,6	3 735,0
Outra despesa de capital	1 078,8	2 111,5	2 096,3	2 350,9	2 384,6	2 496,6
Saldo corrente	2 376,2	3 131,0	4 888,2	4 569,3	5 117,4	5 811,1
Saldo total	-1 500,8	-2 060,5	- 293,2	- 910,9	- 362,1	454,9
<i>Por Memória:</i>						
Despesa corrente primária	73 129,5	73 152,8	73 402,9	75 399,4	75 911,9	76 408,9
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	197 864,2	199 619,4	201 642,9	203 896,2	205 766,1	207 317,9
Défice em % PIB	-0,8%	-1,0%	-0,1%	-0,4%	-0,2%	0,2%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4	2019T1	2019T2
Receita total	0,5	0,7	2,4	1,9	1,1	1,3
Receita corrente	0,5	0,8	2,2	1,9	1,1	1,3
Impostos sobre o rendimento e património	0,5	-1,1	5,3	1,8	1,1	0,1
Impostos sobre a produção e importação	1,6	0,7	1,9	1,8	1,0	1,2
Contribuições sociais	0,8	1,1	0,8	2,2	1,2	1,4
Vendas	0,4	1,1	1,8	1,0	2,5	1,7
Outra receita corrente	-8,8	7,9	-1,0	1,8	-0,1	6,5
Receita de capital	0,6	-10,6	25,3	2,4	2,4	3,1
Despesa total	-4,4	1,3	0,3	2,6	0,5	0,4
Despesa corrente	0,0	-0,1	0,1	2,4	0,5	0,5
Prestações sociais	0,0	0,0	0,1	2,8	0,7	0,8
Despesas com pessoal	-0,4	-0,5	0,0	3,0	1,0	0,8
Juros	-1,7	-1,7	-2,2	-1,3	-1,3	-0,8
Consumo intermédio	0,0	1,6	1,6	1,5	-0,9	-0,1
Subsídios	1,7	-1,6	-3,7	-5,4	1,6	1,9
Outra despesa corrente	5,1	-0,7	1,4	5,2	3,0	0,8
Despesa de capital	-46,1	26,9	2,6	5,3	0,3	-1,5
Investimento ⁽¹⁾	1,0	5,8	4,5	1,6	-0,4	-5,3
Outra despesa de capital	-78,6	95,7	-0,7	12,1	1,4	4,7

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2º trimestre de 2018		2º trimestre de 2019		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	20 102,5	39,3	21 267,5	40,5	5,8
Receita corrente	19 988,8	39,1	21 127,3	40,3	5,7
Impostos sobre o rendimento e património	3 310,8	6,5	3 326,0	6,3	0,5
Impostos sobre a produção e importação	7 361,3	14,4	7 747,3	14,8	5,2
Contribuições sociais	6 006,1	11,7	6 345,1	12,1	5,6
Vendas	1 767,6	3,5	1 888,5	3,6	6,8
Outra receita corrente	1 543,0	3,0	1 820,5	3,5	18,0
Receita de capital	113,7	0,2	140,2	0,3	23,4
Despesa total	21 752,0	42,6	22 100,2	42,1	1,6
Despesa corrente	19 665,6	38,5	20 110,5	38,3	2,3
Prestações sociais	8 343,3	16,3	8 630,2	16,5	3,4
Despesas com pessoal	5 763,2	11,3	5 930,0	11,3	2,9
Juros	1 653,4	3,2	1 601,3	3,1	-3,2
Consumo intermédio	2 665,4	5,2	2 655,1	5,1	-0,4
Subsídios	173,6	0,3	188,3	0,4	8,5
Outra despesa corrente	1 066,7	2,1	1 105,6	2,1	3,6
Despesa de capital	2 086,4	4,1	1 989,7	3,8	-4,6
Investimento ⁽¹⁾	908,8	1,8	700,1	1,3	-23,0
Outra despesa de capital	1 177,7	2,3	1 289,6	2,5	9,5
Saldo corrente	323,2	0,6	1 016,9	1,9	
Saldo total	-1 649,6	-3,2	-832,6	-1,6	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º semestre de 2019 com o período homólogo do ano anterior, tanto o saldo em contabilidade nacional como o saldo em contabilidade pública registaram melhorias significativas. O valor de 2015,7 milhões de euros registado em injeções de capital e assunção de dívidas foi, na sua quase totalidade, destinado a entidades do sector das AP, não afetando, por motivos de consolidação, o saldo das AP.

As restantes diferenças estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP ao nível das empresas públicas e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o respetivo momento de registo do período em que se verificou a atividade que gerou a obrigação de pagamento.

Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

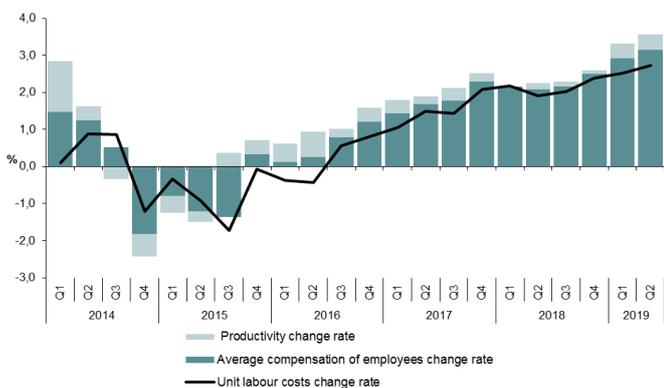
	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2018S1	2019S1
Saldo em contabilidade pública:	-3 012,9	- 684,8
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	318,8	597,5
Diferença entre juros pagos e devidos	1 160,0	1 166,5
Outros valores a receber:	- 171,8	- 662,1
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	162,4	- 392,2
<i>Outros</i>	- 334,1	- 269,9
Outros valores a pagar:	- 127,5	75,6
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 128,8	- 102,8
<i>Outros</i>	1,3	178,4
Outros ajustamentos:	- 321,7	-1 281,9
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 903,6	-2 015,7
Saldo em contabilidade nacional:	-2 155,0	- 789,3
PIB ⁽¹⁾	99 659,5	102 870,3
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-2,2%	-0,8%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 2,7%

No ano acabado no 2º trimestre de 2019, os CTUP registaram um aumento de 2,7%, taxa idêntica à verificada no trimestre anterior. O crescimento dos CTUP foi determinado por um aumento da remuneração média superior ao da produtividade.

Figure 5 - Unit labour costs change rates (year ended in the quarter)



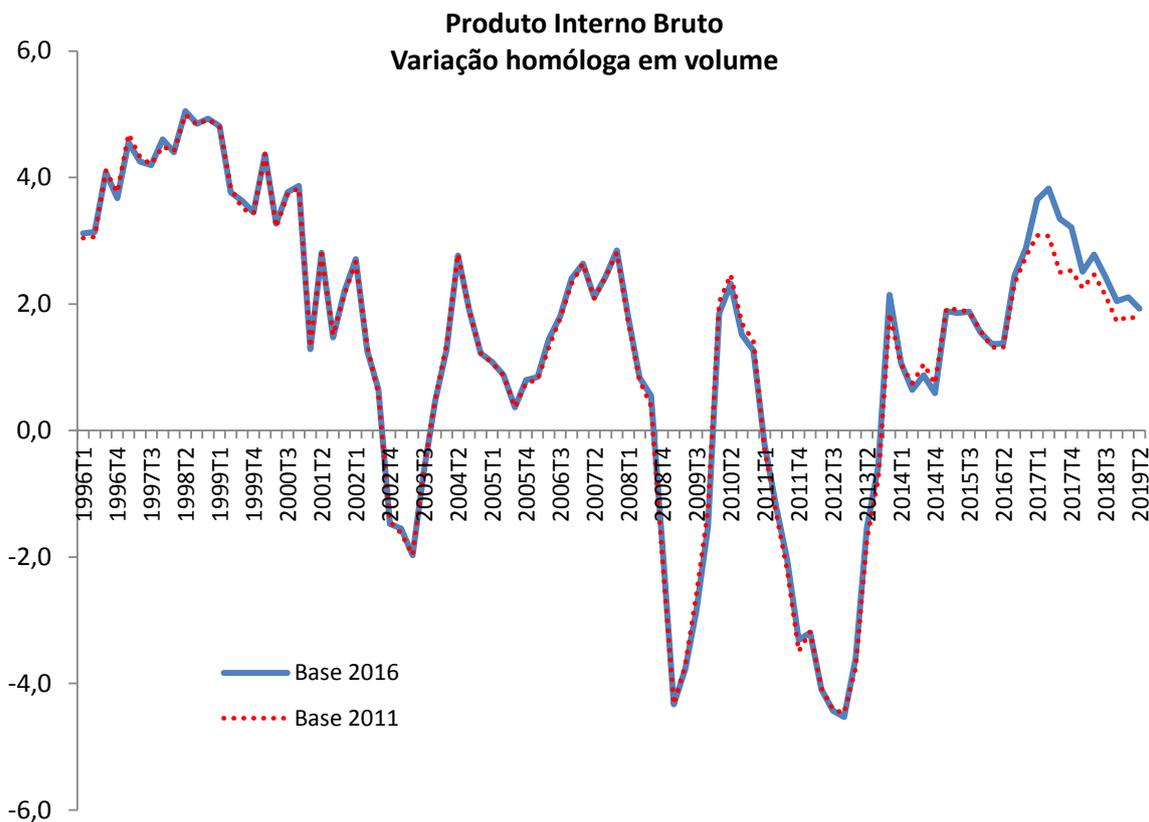
Revisões das estimativas anteriores

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas constituem os primeiros resultados trimestrais da nova base das Contas Nacionais (base 2016) e vêm substituir os resultados anteriores publicados de acordo com base 2011. As principais diferenças resultam: i) das alterações estruturais subjacentes aos resultados anuais da base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas também divulgadas hoje (ver destaque “Contas Nacionais Anuais – Base 2016”); ii) da incorporação de nova informação estatística, nomeadamente nas operações com origem na Balança de Pagamentos; iii) da integração de melhorias nos métodos e procedimentos de cálculo, incluindo recomendações decorrentes do constante processo de diálogo com o Eurostat; iv) e da melhoria da consistência entre a Conta do Resto do Mundo e a Balança de Pagamentos.

Contas Nacionais Trimestrais – Base 2016

As novas séries anuais das Contas Nacionais Portuguesas determinaram a revisão dos resultados trimestrais. Detalhes sobre as alterações estruturais subjacentes à nova base das Contas Nacionais devem ser consultados no destaque “Contas Nacionais Anuais – Base 2016”, também hoje divulgado. Os dados encadeados em volume das CNT têm agora 2016 como ano de referência do encadeamento e estão disponíveis na área de Contas Nacionais do portal do INE.

Em termos trimestrais, com exceção na parte final da série, não se verificaram alterações com expressão no perfil temporal do comportamento das taxas de variação em volume do PIB anteriormente publicadas, como pode ser observado no gráfico seguinte.



As alterações mais significativas nas taxas posteriores a 2016 expressam sobretudo o impacto das revisões das contas anuais provisórias anteriormente divulgadas devido fundamentalmente à apropriação de informação então não disponível. Este impacto traduziu-se na reavaliação da taxa de crescimento real do PIB de 2,8% para 3,5% em 2017, e de 2,1% para 2,4% do PIB em 2018.

Adicionalmente, mas com um impacto consideravelmente menor, de acordo com a metodologia base das CNT, os modelos econométricos para os diversos agregados do PIB na ótica da despesa e na ótica da oferta foram reestimados, contribuindo também para as alterações das estimativas trimestrais divulgadas em agosto passado.

Finalmente, a atualização da informação de base e a incorporação das novas séries trimestrais provenientes das estatísticas da Balança de Pagamentos, foi um fator adicional de revisões com impactos relevantes no comportamento das importações e exportações de serviços.

De acordo com a nova informação, a variação homóloga do PIB no 2º trimestre fixou-se em 1,9%, que compara com 2,1% no trimestre anterior. A evolução do PIB foi determinada sobretudo pela redução do contributo da procura interna, devido principalmente à desaceleração do Investimento.

	Taxa de variação homóloga (%)				Contributos para a variação homóloga do PIB (p.p.)	
	Procura Interna	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	PIB	Procura Interna	Procura Ext. Líq. ¹
1ºT 16	2,8	1,2	4,8	1,4	2,7	-1,3
2ºT 16	1,0	2,6	1,5	1,4	1,0	0,5
3ºT 16	2,0	6,6	5,5	2,4	2,0	0,5
4ºT 16	3,2	7,3	8,3	2,9	3,2	-0,3
1ºT 17	2,1	10,9	7,1	3,6	2,1	1,6
2ºT 17	3,9	8,6	9,0	3,8	3,9	-0,1
3ºT 17	4,2	6,5	8,8	3,3	4,1	-0,7
4ºT 17	3,1	7,7	7,5	3,2	3,1	0,1
1ºT 18	3,6	5,0	7,7	2,5	3,5	-1,0
2ºT 18	2,7	6,9	6,8	2,8	2,7	0,1
3ºT 18	3,2	2,8	4,6	2,4	3,2	-0,7
4ºT 18	3,5	0,8	4,2	2,0	3,5	-1,4
1ºT 19	3,7	3,1	7,0	2,1	3,7	-1,5
2ºT 19	3,3	1,5	4,8	1,9	3,3	-1,3

¹ - Procura Externa Líquida (Exportações Líquidas de Importações)

- Eventuais diferenças resultam da não aditividade dos dados encadeados em volume e dos arredondamentos efetuados.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

Errata

O INE corrigiu um erro detetado na classificação de receitas da Caixa Geral de Aposentações respeitantes ao 2º trimestre de 2019. Em lugar de terem sido registadas como transferências deveriam ter sido contabilizadas como contribuições sociais imputadas das Administrações Públicas para este subsistema. Esta correção não tem impacto no saldo consolidado das AP. Contudo, como estas contribuições são parte integrante das remunerações em contas nacionais, foram em consequência retificadas algumas variáveis que têm as remunerações como componente, nomeadamente o Consumo público e o PIB nominal.

As alterações foram as seguintes:

- Na página 2 foram corrigidas as variações do PIB nominal (0,8% em vez de 0,7%), do RNB (1,0% em vez de 0,9%) e do Rendimento Disponível Bruto (1,0% em vez de 0,9%), bem como a linha relativa ao 2º trimestre de 2019 do quadro 1.
- Na página 4, foi corrigida a variação das remunerações recebidas pelas famílias (1,1% em vez de 0,8%) e a variação do RDB das famílias ajustado *per capita* (0,8% em vez de 0,7%).
- Na página 5, foi corrigida a linha relativa ao 2º trimestre de 2019 do quadro 3, tendo-se alterado o contributo das remunerações (de 0,5 p.p. para 0,7 p.p.) e das prestações sociais (0,0 p.p. em vez de 0,1 p.p.).
- Na página 6, foram corrigidas as referências às variações da receita total (1,3% em vez de 1,1%), receita corrente (1,3% em vez de 1,1%) e contribuições sociais (1,4% em vez de 0,5%), bem como da despesa total (0,4% em vez de 0,2%), despesa corrente (0,5% em vez de 0,3%) e despesas com pessoal (0,8% em vez de -0,2%).
- Na página 6 foram ainda corrigidas as referências às variações da despesa corrente (2,3% em vez de 1,2%), despesas com pessoal (2,9% em vez de -0,8%), receita corrente (5,7% em vez de 4,6%) e contribuições sociais (5,6% em vez de 2,1%).
- Nas páginas 7 e 8, os quadros 4, 5 e 6 foram corrigidos os valores para as variáveis anteriormente indicadas no 2º trimestre de 2019.
- Na página 9, foi corrigida a referência ao aumento dos CTUP (2,7% em vez de 2,5%), bem como o respetivo gráfico.